

## FORUM JUSTIÇA

### MEMÓRIA DA 7ª REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO MINORIAS

**Data:** 02 de dezembro de 2011

**Local:** UERJ – sala Celso Melo

**Horário:** 10:00h às 13:00h

**Participantes:** **Patrícia Magno** (Fórum Justiça; patymagno@gmail.com; 9385-4386), **Fabrcio Toledo de Souza** (Caritas, refugiados, fabriciotoledo@uol.com.br); **Adriano de Lima** (ACQUILERJ, adrimarambaia@gmail.com, 9669-8006), **Alexandre Anderson** (AHOMAR/SINDIPESCA), **Tania Pacheco** (Coordenadora do Mapa da Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil e integrante do GT Combate ao Racismo Ambiental; 2565 7781), **Carolina de Souza Anastácio** (ANADEP; carolsca@yahoo.com; 8896-8086), **Clarissa Arteiro** (estudante UERJ), **Ana Rita** (Fórum Justiça), **Custódio da Silva** (MNCR-RJ, custodio.bangu@hotmail.com), **Claudete Costa** (MNCR-RJ, claudete.10@hotmail.com; 9257-8788), **Felipe Gomes** (Grupo Arco Íris, felipe.lgbt@gmail.com; 26352052/7490-1072)

**Ausências:** **Darci Tupã Nunes de Oliveira** (cacique aldeia Camboinhas); **Kakau Ferreira** (Grupo Travestis de São João do Meriti), **Vinicius da Silva Fonseca** (estudante UFRJ), **Karina Yoshie Martins Kato** (PACS, anirakato@yahoo.com; 85292802), **Berenice Piana** (ADEFA), **Gabriel Godoy** (ACNUR, godoyg@unhcr.org; 61 3044-5744), **Priscilla Lessa de Mello** (UFRJ, priscillaldm@gmail.com)

#### **Pauta:**

- 1 – definição do relator do GT para a Plenária dos dias 08 e 09 de dezembro;
- 2 – construção de estratégias concretas para democratização do sistema de justiça (preenchimento do quadro “produtos pretendidos no sistema de justiça”);
- 3 – debate sobre as distinções entre leis referentes aos agentes do sistema de justiça.

**Anotações:**

1 - Iniciou-se o encontro com um breve resgate dos pontos mais importantes das reuniões anteriores, sobretudo para que aqueles que não estiveram presentes em todas estas pudessem compreender o momento em que o GT Minorias se encontra.

Após, foi explicado todo o calendário dos dias 08 e 09 de dezembro, referente à Plenária do Fórum Justiça. Ressaltou-se a importância do comparecimento de todos, não obstante os compromissos pessoais.

Adriano Lima foi escolhido como Relator do Grupo.

2 - Passou-se para o segundo momento, qual seja a discussão a partir do material elaborado pelo Grupo:

- **Quadro Comparativo entre a legislação concernente à Defensoria Pública, Ministério Público, Magistratura e Administração Pública:** Neste, destacou-se a necessidade de se compreender os órgãos públicos como “servidores” e não como “prestadores de favores”. Neste mesmo sentido, aqueles que utilizam os serviços, devem ser considerados como “clientes”, “usuários”, e não mais como meros “assistidos”.

Destacou-se que uma das pautas consiste em reformas legislativas, para que, no âmbito do Ministério Público e Magistratura, previsão expressa dos direitos dos “usuários” de seus serviços. Os direitos estão previstos, mas não há mecanismos capazes de compelir aqueles que deveriam concretizá-los, a fazê-lo. Como concretizar espaços de conquistas de direitos?

**Claudete:** acrescentou a necessidade de educar o povo acerca de seus direitos, para que possam cobrá-los.

**Patrícia:** ressaltou que estas são legislações “coringas” para que possamos exercer nossos direitos. Contudo, estas não são úteis quando não há mecanismos para os direitos previstos sejam respeitados. Quais estratégias poderiam ser eleitas para que estes direitos sejam concretizados, sem que se recorra às instâncias jurisdicionais.

- **Idéias relevantes das reuniões anteriores:** foram lidas, por todos os participantes, as principais idéias das reuniões anteriores. Após, os participantes fizeram observações sobre o resumo:

**Fabício:** pensa em transformar o GT Minorias em um Fórum Permanente de Minorias. Estratégias para se discutir a Justiça. A ocupação é, hoje, uma forma de luta, através da presença, reivindicação. Como incluir, oficialmente, nossas lutas no SJ. Deve haver uma ocupação, a partir da idéia de que a democracia atual não cumpre a função de representar o povo; nós todos devemos reivindicar o direito de fazer a justiça, com nossa presença. Além de pleitear, por exemplo, reformas nas legislações, para que incluam normas relativas aos direitos dos usuários, urge estar presente nesses órgãos. Democracia real e já! Preocupa-se em como participar efetivamente do SJ.

**Felipe:** possibilidade de criar um grupo eletrônico para que documentos importantes relativos à Grupo de Minoria possam ser enviados a todos, sem que se tenha que aguardar próximas reuniões.

**Custódio:** há necessidade de se criar estratégias e atuações concretas que incidam no Poder Público. Devemos ter encaminhamentos, com ações diretas de mudanças.

**Patrícia:** deve-se olhar para além dos “incêndios”, para que estes não mais aconteçam futuramente. São canais de luta, estruturas dentro do SJ para que as demandas tenham voz.

**Felipe:** deve-se pensar que a urgência do violentado é terrível.

**Adriano:** há necessidade de externar as demandas que nos angustiam, nos machucam.

**Ana Rita:** o SJ possui um corpo, mas lhe falta uma alma. Esta é a voz de cada um, as demandas individuais. Há necessidades de termos portas de entradas para o SJ, e uma das brechas consiste em ouvir as demandas, em todos os âmbitos (legislativo, executivo, judiciário). Ouvir é essencial.

**Fabício:** a insistência por casos particulares não é à toa, não sendo uma incompreensão em relação à pauta do SJ. Devemos compreender que a potência do grupos está relacionada com as particularidades das demandas. Deve-se propor uma forma de “botar fogo” em algumas coisas, e não apenas apagá-lo. O SJ não dá conta de nossa voracidade de fazer justiça; a diversidade não cabe no sistema atual. É necessário criar um sistema democrático que acolha estas divergências. Pode-se criar um canal permanente dentro do SJ para que as minorias sejam ouvidas. O dispositivo deve ser pensado para ser incluído no SJ; mas a forma como será criado estará, em um primeiro momento, em aberto.

**Patrícia:** há, neste sentido, as ouvidorias nos órgãos.

**Custódio:** este mecanismo, contudo, é lento, não atendendo às necessidades.

**Patrícia:** o desafio não é apontar os problemas, mas sim estipular como podemos modificá-los, para que tenhamos acesso efetivo ao SJ.

**Fabício:** o “como” deve ser concretizado em um canal efetivo para a oitiva dos “usuários”.

**Felipe:** ouvidoria atuante, distinta do modelo atual, no qual temos ouvidores surdos. As lideranças devem ser capacitadas!

**Fabício:** transparência é fundamental. Conselhos, com participação democrática, também poderiam ser produtos a serem buscados. Assim, teríamos possibilidade de

interferir na elaboração e reforma de normas que regulamentam o funcionamento de órgãos da justiça.

**Patrícia:** há, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, a previsão de Conselhos Estaduais. Contudo, não temos o conhecimento da forma de funcionamento dos mesmos, como são compostos, como atuam. No RJ há um Conselho Estadual de DH, criado por Lei Complementar. É Conselho deliberativo, composto 50% de integrantes de grupos minoritários. É um espaço de empoderamento, reconhecimento e participação popular. Se perdemos o foco do indivíduo, perdemos o foco do sujeito de direitos.

**Fabício:** há uma justiça desigual, na qual os “usuários” acabam por depender da boa vontade de operadores do direito, bem como de suas convicções pessoais. Não há decisões unificadas.

Iniciou-se a montagem do quadro: ator/porta de entrada-obstáculo/falha-ação estratégica-produto pretendido. Montado, com aportes de todos, ficou:

Ator / Porta de Entrada no Sistema de Justiça	Obstáculo / Falhas no Sistema de Justiça	Ações Estratégicas	Produtos Pretendidos
Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo, bem como instituições como o Ministério Público e a Defensoria Pública.	Falta de espaço de oitiva: “ouvidorias surdas”	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Ouvidorias Externas: com verba própria, autonomia, estrutura física e de pessoal;</li> <li>2. Ser dotada de um Conselho Adjunto que dê voz a todos os segmentos da sociedade civil.</li> <li>3. Eleição com mandato e garantias de permanência;</li> <li>4. Realização de audiências <i>in loco</i>, para ouvir as demandas de quem não consegue chegar até os órgãos.</li> </ol>	Produção de política pública institucional com <b>participação popular</b> .
Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo, bem como instituições como o Ministério Público e a Defensoria Pública.	Falta de informação + desinformação.	Capacitação de atores, como lideranças de movimentos sociais.	Empoderamento do sujeito de direitos; <b>(Reconhecimento e redistribuição)</b>

Poder Executivo	Invisibilidade das minorias;  Falta de instrumentos de acesso;	Criação e implementação de um Centro de Referência em Direitos Humanos.	Transversalidade; Porta de entrada; <b>(Reconhecimento e redistribuição)</b>
-----------------	--	---	--

**Felipe:** sugeriu, como forma de aprofundamento e perenidade do FJ, a possibilidade de os grupos se apresentarem aos demais, para que não haja isolamento entre estes.

3 - Fechamos a reunião com o planejamento para a Plenária, destacando-se a apresentação cultural de representantes dos grupos, que será votada.

**Próxima Reunião:**

Plenária – dias 08 e 09 de dezembro